

Lula sanciona lei que extingue Dpvat sete meses após recriação

Governo federal

Medida foi incluída pela Câmara dos Deputados em um dos projetos do pacote de cortes de gastos, que foi votado em dezembro. Cobrança estava prevista para ser **retomada em janeiro**. Pagamento teve fim em 2019, durante o governo Bolsonaro, mas foi **aprovado novamente em maio do ano passado**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei complementar que suspende o retorno do Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito (Spvat), o antigo Dpvat. Com isso, o seguro, recriado há apenas sete meses, não será cobrado em 2025.

A cobrança havia sido extinta pelo então presidente Jair Bolsonaro em 2019 por meio de uma medida provisória. À época, o governo argumentou que dados apontavam baixa eficiência do seguro, que também era alvo de processos movidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e de outras ações judiciais. Em 2018, o governo arrecadou R\$ 4,7 bilhões com o Dpvat.

Em maio do ano passado, o Congresso aprovou uma lei,



Seguro tinha finalidade de garantir indenizações por danos pessoais para vítimas de acidentes de trânsito

a pedido do governo, reinstituindo o pagamento, rebatizado como Spvat. A previsão era que o recolhimento fosse retomado em 2025, mas o valor ainda não havia sido divulgado. A equipe econômica trabalhava com valores entre R\$ 50 e R\$ 60 por ano.

A volta do seguro gerou controvérsia entre governadores. Ao menos cinco Estados e o Distrito Federal ameaçaram não cobrar o seguro, à revelia da lei. O pagamento, porém, era obrigatório para a emissão do licenciamento dos veículos.

O recuo em relação à recriação do seguro se deu durante a discussão do pacote de corte de

gastos na Câmara, em dezembro. A revogação foi incluída, por pressão da oposição, na lei que cria gatilhos para limitar utilização de créditos tributários e conter despesas com pessoal e incentivos fiscais em caso de déficit nas contas públicas.

Diante do temor de que uma alteração atrapalhasse a tramitação dos projetos e desidratasse ainda mais as medidas encaminhadas pela equipe econômica, o governo decidiu apoiar a revogação.

O seguro tinha a finalidade de garantir indenizações por danos pessoais a vítimas de acidente de trânsito. Com a revogação

da lei, vítimas de acidentes que não tiverem seguro privado não terão direito a indenizações.

Veto

Embora tenha sancionado o artigo que prevê a suspensão do Spvat, Lula vetou uma modificação feita pela Câmara no texto da lei, que autorizava o governo a bloquear apenas emendas parlamentares não impositivas em caso de déficit – o texto original permitia o bloqueio para todos os tipos de emendas. O Planalto citou as decisões recentes do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), em relação ao tema das emendas.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Notícias **Página:** 8